

## Sumário

---

Prefácio .....	7
Agradecimentos .....	9
Lista de ilustrações .....	11
Lista de abreviaturas e siglas .....	13
Introdução .....	19
1. O <i>project finance</i> para financiamento de concessionárias de infraestrutura .....	25
1.1. <i>Project finance</i> : origem e definição .....	25
1.2. A lógica do <i>project finance</i> : identificação e endereçamento de riscos .....	31
1.3. As vantagens do <i>project finance</i> e a diferenciação do <i>corporate finance</i> .....	35
1.4. A SPE: veículo para isolamento de riscos .....	38
1.5. O <i>project finance</i> para financiamento de concessionárias de infraestrutura: conceitos e especificidades .....	42
1.6. As garantias e mitigantes de risco de crédito para financiamento de concessionárias de infraestrutura por meio do <i>project finance</i> .....	46
1.6.1. Classificação do <i>project finance</i> conforme a garantia dos acionistas: <i>project finance non-recourse</i> e <i>limited recourse</i> .....	48
1.6.2. A cessão fiduciária de direitos creditórios: principal garantia do financiamento por meio do <i>project finance</i> .....	49
1.6.3. O mecanismo de contas: controle dos recebíveis e bloqueio de contas .....	54
1.6.4. A fiança corporativa e o compromisso de aporte dos acionistas .....	58

1.6.5.	Os <i>covenants</i> , restrições à distribuição de dividendos e transações com partes relacionadas .....	63
1.6.6.	Demais garantias e mitigantes .....	71
1.6.7.	O contrato entre os credores e o compartilhamento de garantias .....	74
1.7.	O uso do <i>project finance</i> para financiamento de autorizatárias do serviço público no setor elétrico .....	75
1.8.	A desejável renegociação extrajudicial de financiamento realizado na modalidade <i>project finance</i> .....	78
1.9.	Recuperação judicial de sociedade financiada por meio do <i>project finance</i> .....	81
2.	A consolidação substancial em recuperação judicial de sociedade financiada por meio do <i>project finance</i> .....	83
2.1.	Os grupos de sociedades: conceito e classificação .....	84
2.2.	Limites impostos ao poder de controle nos grupos de fato e de subordinação: conflito de interesses e confusão patrimonial .....	89
2.3.	A consolidação processual .....	98
2.4.	A consolidação substancial .....	102
2.4.1.	Consolidação substancial <i>versus</i> desconsideração da personalidade jurídica .....	103
2.4.2.	Espécies de consolidação substancial .....	104
2.4.3.	Natureza jurídica da consolidação substancial .....	108
2.4.4.	A origem da consolidação substancial nos julgados dos tribunais norte-americanos .....	108
2.4.5.	Histórico de aplicação da consolidação substancial no país .....	112
2.4.6.	Críticas aos critérios do artigo 69-J da Lei n.º 11.101/2005 .....	114
2.4.7.	Efeitos da consolidação substancial .....	121
2.4.8.	Plano unitário .....	122
2.4.9.	Paradoxos da consolidação substancial .....	123
2.5.	A incompatibilidade da lógica do <i>project finance</i> com a consolidação substancial .....	126

---

2.6.	Potenciais efeitos adversos da concessão de consolidação substancial à SPE objeto de financiamento na modalidade <i>project finance</i> .....	130
2.7.	O caso Renova .....	132
3.	A cessão fiduciária de direitos creditórios como garantia prestada por concessionária financiada por meio do <i>project finance</i> .....	135
3.1.	Evolução histórica da alienação fiduciária no Brasil .....	135
3.2.	Negócio fiduciário, alienação fiduciária, propriedade fiduciária e seu objeto .....	138
3.3.	A vantagem da cessão fiduciária de direitos creditórios e sua diferenciação do penhor de direitos creditórios .....	141
3.4.	A cessão fiduciária de direitos creditórios na Lei n.º 11.101/2005: controvérsias .....	143
3.4.1.	A necessidade de registro do instrumento que formalizou a garantia para fins de exclusão dos efeitos da recuperação judicial .....	144
3.4.2.	A utilização do objeto da cessão fiduciária de direitos creditórios para amortização da dívida .....	148
3.4.3.	A cessão fiduciária de direitos creditórios futuros e a necessidade de individualização do direito creditório cedido .....	149
3.4.4.	A definição de bens de capital essenciais e a cessão fiduciária de direitos creditórios .....	156
3.4.5.	A não sujeição do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios aos efeitos da recuperação judicial .....	162
3.4.5.1.	Consequências da não submissão do crédito garantido por cessão fiduciária aos efeitos da recuperação judicial .....	165
3.4.5.2.	O problema da não submissão do crédito garantido por cessão fiduciária aos efeitos da recuperação judicial .....	166
3.4.5.3.	Sugestões trazidas pela doutrina para o problema da não submissão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios aos efeitos da recuperação judicial .....	169

3.4.5.4.	Posicionamento do STJ acerca da não submissão dos créditos garantidos por cessão fiduciária aos efeitos da recuperação judicial .....	172
3.4.5.5.	Análise do REsp 1.629.470/MS da Segunda Seção do STJ .....	173
3.5.	Especificidades da cessão fiduciária de direitos creditórios de concessionária .....	179
3.5.1.	O percentual de receitas a ser cedido fiduciariamente pelas concessionárias à luz do artigo 28 da Lei de Concessões .....	182
3.6.	A cessão fiduciária de recebíveis prestada por concessionária financiada na modalidade <i>project finance</i> no contexto de processo de recuperação judicial .....	184
3.7.	O caso Viracopos .....	189
4.	Pela previsibilidade na recuperação judicial de concessionária financiada por meio de <i>project finance</i> .....	195
4.1.	A função e os princípios do <i>project finance</i> e do sistema de insolvência nacional .....	196
4.1.1.	A função e os princípios que regem o financiamento por meio do <i>project finance</i> .....	196
4.1.2.	A função e os princípios do sistema de insolvência nacional .....	201
4.2.	Os efeitos do sistema de insolvência no mercado de crédito .....	211
4.2.1.	A Análise Econômica do Direito .....	212
4.2.2.	O movimento Direito e Finanças .....	216
4.2.3.	Os efeitos <i>ex ante</i> do direito da insolvência no mercado de crédito .....	223
4.3.	O papel dos tribunais e a necessidade de previsibilidade para o financiamento de concessionária por meio do <i>project finance</i> .....	230
	Conclusão .....	241
	Referências .....	247